



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas
Departamento de Administração

PARISA SHARIFI

**Trajetória Venezuelana:
desafios sociais enfrentados pelos imigrantes em Brasília**

Brasília – DF
2022

PARISA SHARIFI

**Trajétoria Venezuelana: desafios sociais enfrentados pelos imigrantes em
Brasília**

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Leonardo S. Conke

Brasília – DF

2022

PARISA SHARIFI

**Trajétória Venezuelana: desafios sociais enfrentados pelos imigrantes em
Brasília**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do
Curso de Administração da Universidade de Brasília da aluna

Parisa Sharifi

Prof. Leonardo S. Conke

Orientador

Prof^a. Dra. Helena Araújo Costa

Examinadora

Prof^a. Dra. Siegrid G. Dechandt

Examinadora

Brasília, 06 de maio de 2022

Dedico este trabalho primeiramente à Deus por ser a base de tudo, à minha família que foi e sempre será fundamental e aos meus amigos, que me ajudaram e apoiaram nessa fase que está prestes a se encerrar. Sem vocês nada disso seria possível!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus em primeiro lugar, que me deu o dom da vida e sempre esteve e estará ao meu lado, ao meu orientador pelo apoio e paciência no desenvolvimento deste trabalho e à minha família.

“Que nada nos defina, que nada nos
sujeite.

Que a liberdade seja a nossa própria
substância, já que viver é ser livre”.

Simone de Beauvoir

RESUMO

O ato de migrar refere-se ao deslocamento da população de um local para outro, e faz parte da história da humanidade desde os seus primórdios. As migrações ocorrem por diversos motivos, sejam eles causas políticas, econômicas, étnicas, religiosas, entre outros. Há também migrações que ocorrem por conta de temores de perseguição, más condições de vida ou até mesmo violação de direitos humanos, as quais são agrupadas no tema de refúgio. Após o início da crise socioeconômica, política e humanitária na Venezuela em 2013, houve um aumento no índice de movimentação de venezuelanos migrando para outros países, principalmente para o Brasil, um país fronteira. Essa migração impacta a vida das pessoas que saíram do seu país de origem, que precisam se adaptar às novas condições de vida. Portanto, o objetivo nesta pesquisa foi compreender a trajetória e os desafios sociais enfrentados por indivíduos venezuelanos que vieram residir em Brasília (DF). Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, considerada a forma mais adequada de compreender e aprofundar o tema. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 imigrantes venezuelanos residentes em Brasília, após isso houve a transcrição das falas e a análise das respostas. A grande maioria dos entrevistados afirmou que deixou a Venezuela por causa da situação econômica do país, em especial a fome, o desemprego, a falta de medicamentos e a inflação. Também descobriu-se que, apesar de a situação dessas pessoas se enquadrar na condição de refúgio, elas adquiriram a condição de residentes, por conta das diferenças entre o tempo de renovação do protocolo e das questões burocráticas para a condição de estadia. Em relação aos aspectos que compõem a integração, a maioria afirmou que já teve pelo menos uma vez acesso à saúde, porém, a demora e a incerteza em relação ao atendimento foram mencionados como fatores recorrentes. Como principal obstáculo na procura por um emprego e pela moradia, foi citado o fator idioma que acaba sendo algo que interfere em inúmeros outros aspectos da integração por dificultar a comunicação. Seria interessante que os achados desta pesquisa ajudem a melhorar a integração das pessoas que são obrigadas a sair de sua terra natal e juntamente a isso, demonstra a importância da elaboração de Políticas Públicas que envolvam estes indivíduos.

Palavras-chave: Migração. Refúgio. Venezuela. Refúgio no Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo principais países de nacionalidade ou residência habitual, Brasil – 2020.....	18
Quadro 1 - Participantes da pesquisa	22
Quadro 2 - Roteiro de entrevista	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais

OIM – Organização Internacional para Migração

OnG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

MEC – Ministério da Educação

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO TEÓRICA	14
2.1. REFÚGIO	14
2.2. INTEGRAÇÃO	15
2.3. REFÚGIO E VIDA NO BRASIL.....	18
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	21
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR E DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO	21
3.2. INSTRUMENTO DE PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	22
4. RESULTADO E DISCUSSÃO	25
4.1. REFÚGIO E VIDA NO BRASIL.....	25
4.2. INTEGRAÇÃO.....	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

As mudanças que ocorreram e ainda ocorrem no mundo envolvendo a expansão econômica, cultural, social e política trouxeram consequências para o mundo atual da sociedade. Segundo Bauman (1998), a globalização se tornou uma maneira de proporcionar segurança para parte privilegiada da população e por outro lado, essa ação provocou ameaças para os indivíduos de renda inferior, ou seja, o muro que já era formado entre as classes sociais acabou sendo intensificado pela desigualdade no mundo. A globalização criou “populações redundantes”, sendo “pessoas sem meios adequados de sobrevivência que não podem mais ser exportadas” (SILVA, 2020). Assim, entende-se que o processo de globalização afetou, por exemplo, a movimentação das pessoas ao redor do mundo e provocou grandes migrações em busca de condições mais favoráveis de vida ou melhores oportunidades, sendo eles imigrantes ou refugiados. Bauman (2005) usa o termo “desperdício da globalização” para explicar a situação e se referir a todos que enfrentam os “muros com controles de imigração”, que são os refugiados, deslocados, solicitantes de asilo e migrantes.

Quando se aborda o tema dos "refugiados", normalmente recorda-se dos diversos noticiários no âmbito político que retratam conflitos, cenários tristes e desiguais, que motivam a saída das pessoas de onde habitam. Isso porque os refugiados estão entre os grupos de indivíduos que migram para outros lugares do mundo, porém, neste caso, configura-se uma migração forçada, normalmente por conta de condições políticas ou sociais que de alguma forma ameaçam suas vidas. Tais indivíduos tendem a fazê-la em busca de abrigo, trabalho, melhores condições de vida, segurança ou até liberdade, mesmo que ao longo deste processo passem por inúmeras dificuldades (TEIXEIRA, 2019).

Segundo Sasaki e Assis (2000, p. 1), “a partida, a viagem, o trajeto e a chegada a uma nova terra constrói um fio e uma trajetória que nos inquieta”. A partir deste ponto surgem dúvidas em relação a todo o processo percorrido até o destino final do refugiado, por onde passou, como foi, o motivo de sua mudança, o que mudou neste processo. Entender a realidade sob a perspectiva dos protagonistas dessa jornada torna-se algo relevante.

Nesta conjuntura, a força externa que impulsiona a migração destes indivíduos se torna um pilar importante a ser compreendido, já que é o ponto inicial

para o processo de migração. Na maioria dos casos os refugiados escolhem países que possam recebê-los ou, em alguns casos, não escolhem países e apenas deslocam-se para os países mais próximos que consideram seguros.

O dilema que os países enfrentam a respeito da entrada destes indivíduos em suas fronteiras é um assunto bastante comum, já que segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2019), houve um crescimento de mais de 50% nos casos de refúgio desde os últimos 10 anos, sendo aproximadamente 25,4 milhões de refugiados no mundo todo. Segundo o ACNUR (2019), ao menos 82,4 milhões de pessoas no mundo foram forçadas a se deslocar; dentre elas, 26,4 milhões são refugiados, e quase metade deles tem menos de 18 anos. O ACNUR também ressalta o fato de 1 em cada 95 pessoas na Terra já ter fugido de sua casa por conta de conflitos e perseguições.

No Brasil, com o aumento de refugiados principalmente nas grandes metrópoles, os brasileiros puderam ter mais contato com a realidade vivida por esses indivíduos. Segundo dados divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE, 2020), até o fim do ano de 2020 havia cerca de 57.099 pessoas refugiadas no Brasil. Sendo que, a nacionalidade dominante entre os anos de 2011 e 2020 é a venezuelana, com aproximadamente 46.412 (80%) refugiados reconhecidos. Ainda, 75,5% das solicitações atendidas no ano de 2020 concentram-se na região Norte do país, principalmente no estado de Roraima (60%) e seguido pelos Estados do Amazonas (10%) e de São Paulo (9%) (CONARE, 2020).

Após a decisão da CONARE em junho de 2019 de reconhecer a situação na Venezuela como “grave e generalizada violação de direitos humanos”, houve um aumento nas solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil. Neste contexto, segundo a CONARE, somente no ano de 2020 houve cerca de 28.899 solicitações de refúgio baseadas nessa fundamentação (SILVA, 2021).

A principal causa para os cidadãos venezuelanos não terem outra alternativa a não ser a saída do país foi a crise econômica e social (BRIGNOL et al., 2020). De modo mais específico, citam-se o preço instável do petróleo, a falta de segurança nas ruas, as queixas de violência por parte da força pública, a alta inflação e a falta de medicamentos, alimentos, água potável (CONSTANTINO PINTO; FERNANDO; OBREGON, 2018; SOUZA, 2020). Silva (2020) também pesquisou sobre as possíveis causas motivadoras da migração forçada venezuelana, e descobriu que mesmo com o vigor dos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais no quesito refúgio,

assegurando a esses indivíduos a regularização migratória. Na prática, esses instrumentos não são efetivos, falhando em garantir os direitos humanos e a integração. Além disso, pontuou o principal motivo de tal movimentação, como, a séria e disseminada acomodação das diversas violações dos direitos humanos (SILVA, 2020). A existência de todos esses problemas gerou um estímulo na população em buscar algum lugar que ofereça ao menos as condições básicas necessárias para viver (CONSTANTINO PINTO; FERNANDO; OBREGON, 2018).

Após a decisão de deixar seu país de origem e vir para o Brasil, a dúvida reside no fato de saber qual cidade ou estado melhor se encaixa de acordo com suas expectativas, e pelo fato de a capital federal ser conhecida por um local que tem oportunidades e melhor qualidade de vida, acaba sendo a escolha de muitos imigrantes. De acordo com o Correio Braziliense, a estimativa no ano de 2020 é de que cerca de 5 a 15 mil migrantes vivem em Brasília desde então. Desta forma, o objetivo geral neste trabalho é **descrever a trajetória e os desafios sociais enfrentados por indivíduos venezuelanos que vieram residir em Brasília (DF).**

2. REVISÃO TEÓRICA

O refúgio reside na história da humanidade há muito tempo e, ao longo dos séculos, em diversas situações ocorreram migrações e movimentações em massa de pessoas e refugiados. Dentre as situações recentes, uma das mais impactantes ocorreu no ano de 2015, onde aproximadamente 500 mil pessoas arriscaram suas vidas atravessando o Mar Mediterrâneo buscando abrigo nos países da União Europeia (SOUZA, 2020). Dentre as razões comuns para essas grandes movimentações, em qualquer época, estão as perseguições políticas ou religiosas, questões sociais ou culturais e também por algum tipo de ameaça externa que serve de motivação para a migração (BARRETO, 2010). De forma a compreender melhor as situações de migração e refúgio, serão tratados os conceitos relativos a esses temas, a ideia de integração social no país de chegada, os obstáculos mais comuns enfrentados nesse processo e a rede de organizações que apoiam esses grupos.

2.1. REFÚGIO

A ideia de refúgio remete à ideia de migração e, por isso, é relevante esclarecer esse e outros termos correlatos. Segundo a Organização Internacional para Migrações, (OIM, 2009), o termo migração significa um “processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado”, um “movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas” (p. 40). Logo, a imigração refere-se ao “processo através do qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem” (p. 33) e a emigração é definida como o “abandono ou saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro” (p. 24).

Dentre os tipos de migração, destacam-se as migrações não forçadas e as forçadas. O refúgio pode ser considerado uma migração forçada pelo fato de não existir nenhuma outra opção a não ser a saída do país, seja por desastres naturais ou por ameaças diretas à vida do indivíduo (OIM, 2009). Segundo Ramos (2011), em 1974, foi estabelecida pela primeira vez a ‘definição ampla de refugiado’, sendo considerado refugiado o indivíduo que for lesado pelo descumprimento dos direitos humanos e portanto, desloca-se em busca de abrigo em outros países. Já Lima et al. (2017) considera que os refugiados são indivíduos que optam por cruzar fronteiras em

busca de proteção por conta de divergências estatais, ameaças aos direitos humanos e violência.

A legislação brasileira (BRASIL, 1997, Art. 1º), define uma pessoa refugiada como aquela que:

- I. devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II. não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias anteriores;
- III. devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

De qualquer maneira, aqui também é importante diferenciar a condição de refugiado e de asilado político. Os termos “Asilo Político” e “Refúgio” têm em comum o fato de ambos arcarem com as consequências de uma perseguição, sendo assim, deparam-se impossibilitados de permanecer em seu próprio país ou onde vivem. De maneira mais específica, o asilado político caracteriza-se por ser um indivíduo estrangeiro que tenha sofrido algum tipo de perseguição no âmbito político e que não tenha como causa algum tipo de delito de direito comum (RAMOS, 2011).

2.2. INTEGRAÇÃO

Conforme Moreira (2005), há três possibilidades para se tentar minimizar os impactos da movimentação de refugiados: a) a repatriação voluntária que nada mais é que a volta do indivíduo ao seu país de origem; b) a integração local, que seria a permanência no local de refúgio e; c) o reassentamento, que significa a realocação do indivíduo a outro país. Considerando o tema central nesta pesquisa, optou-se pelo aprofundamento da ideia de integração, pois seria a solução mais próxima do grupo estudado, no caso, os venezuelanos residentes em Brasília (DF).

O conceito da palavra “integração”, nos estudos sobre migração, é bastante complexo e pode ser interpretado de diversas formas. Segundo Kuhlman (1991), a integração refere-se à preservação da identidade e da cultura do indivíduo refugiado, adaptando-se à convivência local e à vida no destino escolhido. Ramos (2011) considera também outros aspectos nessa definição e indica que a integração local diz respeito ao fato do refugiado ser devidamente acolhido pelo país de origem, uma ação que proporciona a oportunidade de uma vida melhor. A definição da Organização Internacional para Migrações é mais genérica, e entende a integração como um

“processo através do qual o imigrante é aceito na sociedade, quer na sua qualidade de indivíduo quer de membro de um grupo” (OIM, 2009, p. 34).

Crisp (2004) explica que a integração local é um processo com três dimensões: a primeira é baseada no processo pelo qual os refugiados ganham e acumulam direitos que podem levar à aquisição de direitos de residência permanente e, em última análise, para a aquisição da cidadania no país de asilo. A segunda dimensão permeia o fator econômico, para que na aquisição dos direitos e prerrogativas mencionados acima, os refugiados também melhorem seu potencial para estabelecer meios de subsistência sustentáveis, alcançar um grau crescente de autoconfiança e tornar-se progressivamente menos dependentes da ajuda estatal ou da assistência humanitária. E por fim, a terceira dimensão se baseia no quesito social, permitindo que os refugiados vivam entre ou ao lado da população anfitriã, sem medo de discriminação sistemática, intimidação ou exploração pelas autoridades ou pessoas do país de asilo. Conseqüentemente, é um processo que envolve tanto os refugiados como a população de acolhimento.

Para que a integração de refugiados tenha uma possibilidade de êxito, algumas condições são necessárias: a) o acolhimento facilitado do Estado de destino; b) a aceitação da comunidade local; c) a existência de condições econômicas viáveis para receber os refugiados; d) a garantia de recursos financeiros para os programas de acolhimento; e) a intenção voluntária de integração àquele local e; f) a existência de possibilidade de integração completa, inclusive com a aquisição de nova nacionalidade (ACNUR, 2019). Um ponto ressaltado por Virgens (2019), que pode ser considerado uma condição fundamental para a integração, é o tratamento do imigrante como semelhante, ou seja, para que o indivíduo seja realmente integrado à sociedade, ele deve ser tratado como igual, acima de qualquer nacionalidade, raça ou etnia. Nesse sentido, deve-se evitar, como reportado por Ruediger (2017), o fato de os refugiados sofrerem diversos tipos de insultos, comentários racistas e xenofóbicos, no seu local de trabalho, no transporte público, na rua etc. Tais fatos dificultam o processo de adaptação e integração no país de destino.

A responsabilidade para proporcionar essas condições viáveis para a integração não é de apenas um grupo em particular, mas de um conjunto de agentes, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições internacionais – como a ACNUR, da ONU, a comunidade local, o próprio imigrante e o Estado de

acolhimento que deve ter participação direta coordenando e orquestrando a destinação de tais indivíduos (OIM, 2009; RAMOS, 2011, MOREIRA, 2014).

Mais especificamente no Brasil, um dos órgãos envolvidos no processo de refúgio é o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), vinculado ao Ministério da Justiça, responsável pela triagem das solicitações de refúgio da forma mais imediata possível, pelas tomadas de decisão e por promover a integração local. Outro órgão é a Polícia Federal, considerada a “agência migratória”, responsável pela parte legal deste processo, e portanto, pela pós ‘triagem’ das solicitações, efetuando os trâmites necessários como a emissão do protocolo a favor do solicitante, que possibilita a expedição da carteira de trabalho provisória (BRASIL, 1997). Conforme a Lei nº 9.474 (1997), fica concedido ao ACNUR a possibilidade de oferecer sugestões que facilitem o andamento do processo do solicitante. Portanto, o ACNUR tem sua atuação voltada à proteção ao Direito Internacional dos Refugiados e a intermediação entre o Governo Federal, a sociedade, a academia e o setor privado em prol dos refugiados (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020). Há também a participação de organizações de cunho religioso no auxílio aos refugiados, como por exemplo a Cáritas Arquidiocesana que recepciona e orienta os solicitantes de refúgio nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim como o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), que contém uma rede de organizações que oferecem suporte a refugiados e migrantes (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020).

Dentre as ações que podem ser realizadas por essas organizações estão o ensino do idioma local para a melhor inserção no mercado de trabalho, a oferta de moradia e o acesso a serviços básicos de saúde e educação (MOREIRA, 2014). Contudo, uma questão a ser levada em consideração é o fato das organizações que promovem o auxílio aos refugiados, não ponderarem a participação dos próprios refugiados na busca de soluções, já que os principais afetados neste contexto são eles. Esse fato acaba atingindo diretamente a vida destes indivíduos que seguem em busca de condições melhores, entretanto, se essa adaptação realmente ocorresse, poderia se tornar algo extremamente benéfico tanto para a comunidade que acolhe, quanto para o indivíduo acolhido (MOREIRA, 2014). A falta de participação dos refugiados na resolução das questões de refúgio acaba tendo como consequência a má aceitação desses indivíduos que migraram em busca de uma vida digna e demonstra também as brechas nas Políticas Públicas direcionadas aos imigrantes, e isso reflete na integração dos mesmos, tendo que viver sempre com a sensação de

estar perdido no mundo, não pertencendo ao seu próprio país e muito menos ao país que busca abrigo (BRIGNOL; CURTI; RIBEIRO; TEIXEIRA, 2020).

2.3. REFÚGIO E VIDA NO BRASIL

A crise na Venezuela é considerada a maior crise da região latino-americana e uma das maiores do mundo, pelo fato da grande e rápida movimentação de venezuelanos abandonando o país e transitando para países vizinhos como Brasil e Colômbia (ACNUR, 2019). A grande movimentação de venezuelanos em situação de emigração é o retrato da realidade de aproximadamente 3 milhões de pessoas, ou 10% da população do país (BRIGNOL; CURTI; RIBEIRO; TEIXEIRA, 2020). A partir do ano de 2016, houve um aumento drástico nas solicitações de refúgio de venezuelanos para o Brasil (SOUZA, 2020). De acordo com a OBMigra (2020), o Brasil recebeu cerca de 28.899 solicitações de refúgio de indivíduos vindos da Venezuela no ano de 2020 (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo principais países de nacionalidade ou residência habitual, Brasil – 2020

País	Nº de solicitantes
Venezuela	17.385
Haiti	6.613
Cuba	1.347
China	568
Angola	359
Bangladesh	329
Nigéria	213
Senegal	209
Colômbia	182
Síria	129
Outros países	1.565
TOTAL	28.899

Fonte: OBMigra, 2020.

Tal acontecimento fez com que o Brasil elaborasse um projeto chamado “Operação Acolhida” que contava com o apoio das Forças Armadas, entidades da sociedade civil juntamente com a ACNUR. O objetivo é recepcionar tais migrantes em Roraima, já que trata-se do Estado que faz fronteira direta com a Venezuela, tornando-se o trajeto mais fácil de se fazer. Simultaneamente houve a elaboração do projeto

“Programa de Interiorização Voluntária do Governo Federal” direcionado aos venezuelanos, com o principal objetivo de não sobrecarregar um só lugar com a chegada deles e portanto, redistribuir em outros estados do Brasil, na tentativa de equilibrar tal evento (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020).

Normalmente, cada país de destino define as suas estratégias e políticas para receber os refugiados. Após a chegada ao Brasil, os venezuelanos podem optar por uma dentre duas alternativas: uma é referente ao pedido de refúgio, onde o indivíduo prova a perseguição sofrida por meio de uma entrevista feita pela CONARE. A segunda alternativa é o pedido de regularização migratória, que tende a ser uma opção mais rápida e simples, porém, consiste em um meio que não oferece o mesmo nível de proteção igual ao do refúgio (SOUZA, 2020).

No que se refere à assistência dada aos refugiados, conforme Ramos (2011), o Brasil se destaca por ter a maior rede de suporte dentre os países da América Latina, possibilitando o acesso aos serviços sociais básicos. No Brasil é concebido ao refugiado o direito à saúde, educação e o direito ao trabalho de maneira igualitária ao indivíduo brasileiro, o que acaba se tornando um fator que tem como consequência a melhora na integração destes indivíduos. Porém, pelo fato de a maior concentração de refugiados ser em São Paulo e no Rio de Janeiro, que são cidades bem populosas, as dificuldades da realidade acabam sendo mais aparentes e afetando o acesso a tais políticas públicas (BARRETO, 2010).

Dentre as dificuldades existentes com a chegada dos refugiados estão a superlotação de abrigos destinados a esse público, a dificuldade em conseguir um emprego e até a falta de condição para comprar alimentos. (CONSTANTINO PINTO; FERNANDO; OBREGON, 2018). Outros obstáculos são a falta de recursos, os trâmites burocráticos junto à demora para conseguir regularizar a situação da residência no país, o que conseqüentemente impõe dificuldades na inserção no mercado de trabalho. Juntamente a questão da validação do diploma de ensino superior que demanda mais tempo e processos burocráticos (RUEDIGER, 2017).

Pelo lado do local de acolhimento, uma questão bastante preocupante é de estar ocorrendo a superlotação do estado de Roraima que é o Estado mais saturado com a situação (CONSTANTINO PINTO; FERNANDO; OBREGON, 2018). Há queixa dos cidadãos brasileiros a respeito dessa situação que é a principal geradora de conflitos entre brasileiros e venezuelanos (BRIGNOL; CURI; RIBEIRO; TEIXEIRA, 2020).

Percebe-se que, apesar de haver uma estrutura de acolhimento e iniciativas positivas para o recebimento de imigrantes e refugiados, isso nem sempre ocorre de maneira fluida. As migrações em massa acabam trazendo consequências para a economia do país de destino e, por conta disso, pode haver certa resistência em relação à permanência de imigrantes em seu território, limitando e estreitando as possibilidades existentes (LIMA et al., 2017).

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Esta pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa, um tipo de pesquisa que examina aspectos subjetivos do refúgio (CRESWELL, 2007). Para Godoy (1995), na pesquisa qualitativa “o pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno”. Considerando as características da pesquisa qualitativa, entendeu-se que essa abordagem era a mais adequada para tratar do tema de refúgio e migração. Compreendeu-se também que a percepção dos migrantes sobre sua integração em território nacional, em especial no Distrito Federal, poderia ser melhor apreendida por métodos qualitativos, que permitem a análise de temas mais complexos e com maior interação de variáveis, como é o caso da migração e do refúgio.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR E DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Conforme os dados divulgados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Comitê Nacional para os Refugiados (SILVA et al., 2021), dentre todas as nacionalidades de solicitantes de reconhecimento de refúgio no Brasil em 2020, a de origem venezuelana foi a principal, com 60% do total. O grupo de idade com maior volume nesses pedidos é o de menores de 15 anos, totalizando 5.880 mil indivíduos. Entre os indivíduos venezuelanos solicitantes de refúgio, segundo os dados da OBmigra (2021), cerca de 57,3% foram homens e 42,7% foram mulheres. De acordo com a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus) do Distrito Federal, “não há um número oficial de refugiados na capital do país, devido a muitos viverem na ‘invisibilidade’, com medo de estar no país de forma irregular”. Porém, estima-se que esse número seja entre 5 e 15 mil migrantes de longo termo, isto é, com tempo de residência superior a um ano (UMBELINO, 2020).

Esta pesquisa teve foco em pessoas de nacionalidade venezuelana que tenham migrado para o Brasil e estejam morando em Brasília atualmente. Não houve limitação em relação à idade, gênero ou alguma outra característica demográfica. Participaram da pesquisa um total de 14 pessoas, distribuídas conforme o Quadro 1. Guest et al. (2006), baseados em uma pesquisa de campo e na análise de estudos

anteriores, sugerem que a quantidade mínima de entrevistas em um grupo homogêneo é de, pelo menos, 12, a partir da qual já pode haver a saturação de dados e uma menor possibilidade de surgirem novas ideias.

Quadro 1 - Participantes da pesquisa

Participante	Gênero	Idade	Ano de migração	Cidade de Origem	Escolaridade
Entrevistado 1	Mulher	34	2019	El Tigre	Nível Superior
Entrevistado 2	Homem	30	2019	El Tigre	Nível Médio
Entrevistado 3	Homem	32	2019	Anzoátegui	Nível Médio
Entrevistado 4	Homem	29	2019	Maturin	Nível Médio
Entrevistado 5	Homem	27	2021	El Tigre	Nível Superior
Entrevistado 6	Mulher	23	2019	La victoria	Nível Médio
Entrevistado 7	Homem	30	2018	Cumaná	Nível Médio
Entrevistado 8	Mulher	35	2018	Maturin	Nível Superior
Entrevistado 9	Homem	26	2018	El Tigre	Nível Superior
Entrevistado 10	Mulher	27	2020	Barcelona	Nível Médio
Entrevistado 11	Homem	31	2021	Sucre	Nível Médio
Entrevistado 12	Mulher	30	2020	El Tigre	Nível Médio
Entrevistado 13	Mulher	25	2020	Anzoátegui	Nível Médio
Entrevistado 14	Homem	28	2021	El Tigre	Nível Médio

3.2. INSTRUMENTO DE PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Como instrumento principal de pesquisa foi escolhida a entrevista semiestruturada, uma entrevista flexível que, apesar de seguir um roteiro, abre espaço para questões que vão além do esperado e acaba, portanto, seguindo um rumo de conversa menos formal (MANZINI, 1991). Esse modelo de entrevista encaixa-se melhor na dinâmica desse trabalho pelo fato de abrir espaço tanto para o entrevistador como para o entrevistado tocar em assuntos e fazer novos questionamentos, seguindo a ideia central do trabalho, porém, de maneira mais natural.

A entrevista foi construída, principalmente, com base na pesquisa feita por Miranda (2020), apenas com a inclusão de algumas perguntas elaboradas pela autora (Quadro 2). Os principais temas tratados nas entrevistas foram: refúgio e imigração, integração, desafios sociais. Ao final de cada entrevista era feita a pergunta sobre se haveria mais alguém que tivesse interesse em participar dessa pesquisa, e se a resposta fosse positiva, ocorria o contato com o possível entrevistado. Portanto, essa pesquisa seguiu a dinâmica da amostragem por “bola de neve” ou “*snowball*”, sendo

“uma técnica de amostragem que se utiliza de redes de referência, por isso, torna-se apropriada para pesquisas com grupos de difícil acesso ou até mesmo quando se trata de temas mais privados” (BOCKORNI; GOMES, 2021). Esse tipo de amostragem mostra-se adequada porque permite que o pesquisador tenha acesso a pessoas que possuem a característica específica do grupo que deverá ser pesquisado. Normalmente ela é utilizada para participantes com alguma característica não divulgada ou não amplamente conhecida e observável, como é o caso da nacionalidade.

Quadro 2 - Roteiro de entrevista

PERGUNTA	FONTE
1. Quando você chegou ao Brasil?	Miranda (2020)
2. Por onde foi a sua entrada no Brasil?	Elaborado pela autora
3. Por que você acabou vindo para o Brasil?	Elaborado pela autora
4. Você veio com algum familiar? Deixou familiares na Venezuela? Conhecia alguém que já havia migrado para o Brasil?	Miranda (2020)
5. Em qual cidade você morava antes de vir para o Brasil?	Miranda (2020)
6. Quais foram as primeiras pessoas que você teve acesso quando chegou ao Brasil? Como foi o tratamento recebido? Você recebeu orientação sobre a documentação para entrar e permanecer no país?	Miranda (2020)
7. Quais instituições com que teve contato?	Miranda (2020)
8. Você solicitou refúgio? Por quê? Qual sua situação de residência?	Miranda (2020)
9. O que mais lhe surpreendeu positiva e negativamente no Brasil?	Miranda (2020)
10. Como foi sua chegada a Brasília? Quando chegou? Há quanto tempo está na cidade? Qual sua primeira impressão sobre a cidade?	Elaborado pela autora
11. Vamos conversar um pouco sobre o contato que você teve com os serviços públicos desde que chegou: a. Saúde: Você foi encaminhado para algum serviço público de saúde desde que chegou? Como foi? b. Educação: Estão estudando atualmente? (crianças, se for o caso). Formação e diploma. c. Assistência social: Você tem algum benefício recebido pelo estado? Como foi para acessar esse benefício? Quem te ajudou? d. Trabalho: Teve alguma ajuda para encontrar trabalho? Como foi sua trajetória de trabalho desde que chegou? Alguém te ajudou com contatos? Você está trabalhando na área que trabalhava antes? Está satisfeito com sua condição de trabalho atual? e. Moradia: Onde você está morando atualmente? Desde quando? Como achou essa casa? Você paga aluguel? Recebeu alguma ajuda para achar essa moradia?	Miranda (2020)
12. Você frequenta alguma associação? Igreja? Associação comunitária? Faz parte de algum grupo? Que grupo? Fez amigos novos desde que chegou na cidade?	Miranda (2020)
13. Como são os laços com os venezuelanos que vivem aqui? Conhece algum venezuelano que emigrou há mais tempo? E em relação aos brasileiros? Possui laços fortes?	Miranda (2020)
14. Você se sente confortável para expressar sua cultura de origem? Realizam alguma atividade que retome a sua cultura?	Miranda (2020)
15. Você já sofreu algum tipo de preconceito aqui? Como foi? Como você lidou com isso?	Miranda (2020)
16. Depois de conhecer a realidade brasileira, você optaria novamente pelo Brasil? Se pudesse iria para outro país ou voltaria para o seu país?	Elaborado pela autora
17. Você se considera integrado à sociedade brasileira? O que falta?	Miranda (2020)

Após a elaboração do roteiro de entrevista, houve o contato com a primeira entrevistada que foi indicada por um conhecido, por trabalharem no mesmo local e ser alguém de confiança. A entrevistada aceitou participar da pesquisa e então houve o primeiro contato via Whatsapp e após isso por ligação, após sua entrevista ser concluída, a mesma compartilhou o contato de outros venezuelanos que poderiam ter interesse em participar. Assim sucessivamente, houve o contato com cada um dos entrevistados pelo Whatsapp e, de acordo com sua disponibilidade, marcou-se dia e hora para a entrevista por chamada telefônica ou de vídeo que teve duração de mais ou menos 20 minutos cada.

A estratégia utilizada foi a de conduzir a entrevista da maneira mais natural possível para que o entrevistado não se sentisse constrangido ou induzido a dar alguma resposta. Todas as entrevistas ocorreram por chamada telefônica em fevereiro de 2022. As entrevistas foram gravadas e após a conclusão, foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1. REFÚGIO E VIDA NO BRASIL

Os participantes da pesquisa foram perguntados sobre a sua decisão de sair da Venezuela até a sua chegada e vivência no Brasil. Primeiramente, indagou-se sobre quando e de que maneira chegaram ao Brasil. A maioria dos respondentes afirmou que chegou entre os anos de 2019 e 2021 justamente após a decisão da CONARE em junho de 2019 de reconhecer a situação na Venezuela como “grave e generalizada violação de direitos humanos”, havendo assim um aumento nas solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil. E todos ingressaram no Brasil pela fronteira em Pacaraima (Roraima). Outro fato comentado foi sobre o meio de transporte utilizado até a chegada no destino final e a maioria comentou ter percorrido um trajeto a pé, em grupos, e depois tentavam pegar carona até a fronteira. Essa realidade se aproxima dos dados obtidos pela OBMigra (2021), onde somente no ano de 2020, dentre os 28.899 solicitantes de refúgio no Brasil, 17.385 eram de origem venezuelana, ou seja, mais de 60% dentre o total de solicitantes. Tais dados demonstram essa migração em massa que ocorreu por conta da piora da crise no país, o fato de haver grande proximidade entre o Brasil e a Venezuela sendo separados somente pela fronteira facilitou o trajeto e a migração desses indivíduos. No que concerne ao estado com maior concentração de solicitações, segundo a ACNUR, “o estado de Roraima concentrou o maior volume de solicitações de refúgio apreciadas pelo CONARE (60%), seguida pelo Amazonas (10%) e São Paulo (9%)”.

Ao serem questionados sobre o motivo de terem saído de seu país de origem, a Venezuela, todos apontaram a situação econômica, porém, cada um mencionou uma dimensão que foi afetada pela crise, entre eles estão a fome, a condição precária de vida, a falta de remédios, o trabalho, entre outros. A entrevistada 01, por exemplo, afirmou que

a inflação estava muito alta e as coisas estavam muito caras, nada valia a pena. Eu não passava fome lá, mas limitava muito para comer, porque você tá comendo em um dia e já está pensando no que vai poder comer amanhã. Então você deixava de comprar um tênis, um celular para poder comer, tudo era para poder comer, e comer pouco.

Já de acordo com o entrevistado 02

A economia está péssima lá, o povo tem fome, não temos remédio e muito menos trabalho. Está cada vez mais difícil e complicado sobreviver

lá...dormimos e quando acordamos os preços já estão diferentes, sempre aumentando.

Essas afirmações seguem os mesmos relatos coletados por Miranda (2020), onde a fome, condições de vida precária e dificuldades em achar emprego são citados pelos entrevistados e pelas organizações como grandes razões que impulsionaram a migração. Para Celade (1988), as pressões migratórias sofrem aumento a partir do momento em que as condições de desigualdade se elevam, resultado de uma discrepância na renda da sociedade e situações socioeconômicas desfavoráveis.

É interessante citar o fato de essa migração da Venezuela para o Brasil ser devida a uma busca por melhores condições de vida. Dadas as proporções, o intuito de melhorar a situação econômica e social parece ser um motivo não apenas para emigrações internacionais, mas também para emigrações intranacionais, como ocorre com indivíduos que saem de cidades pequenas e sem oportunidades em direção a metrópoles.

O questionamento seguinte foi em relação à companhia que os entrevistados tiveram ao vir para o Brasil, se vieram sozinhos ou com algum familiar e se conheciam alguém que já havia migrado para cá. Aproximadamente 50% responderam que vieram sozinhos e os outros 50% vieram com algum familiar; a maioria já conhecia alguém que havia migrado para o Brasil e todos deixaram familiares na Venezuela. Sobre os laços com outros venezuelanos que moram aqui, todos citaram ter conhecidos e amigos que inclusive os auxiliaram na vinda para Brasília. Outra questão comentada foi que a maioria citou a região administrativa Guará como o principal local de concentração de venezuelanos em Brasília. Segundo o entrevistado 05 “agora eu estou morando um pouco longe porque consegui um aluguel mais barato, por isso tô um pouco longe deles e estou sentindo falta porque todos que conheço moram no Guará”, declaração que demonstra o nível de proximidade entre eles. O fato de a maioria dos imigrantes conhecer alguém no Brasil antes de migrar é uma questão importante, o que acaba diminuindo um pouco da insegurança e o medo dessa mudança de vida que os aguarda.

Outro ponto abordado foi sobre o que mais havia surpreendido positiva e negativamente os entrevistados após a chegada ao Brasil. O fator negativo mais citado foi o idioma, que segundo o entrevistado 02, “foi muito complicado a respeito de arrumar trabalho, porque ninguém vai contratar alguém que não entenda nada do que vai fazer... Tive dificuldade para arrumar emprego por causa do idioma”. Portanto,

mesmo o idioma português e espanhol tendo a mesma origem, o latim, e terem certa proximidade literal, a pronúncia e os diversos sotaques em cada região do Brasil acabam dificultando a compreensão. Ramos (2011) lembra que questões culturais distintas – neste caso a língua – podem dificultar a integração. Por isso, é importante a oferta de possibilidades de aprendizado do português para esses e outros imigrantes.

Os participantes foram perguntados se, após conhecerem a realidade brasileira, optariam novamente pelo Brasil ou se gostariam de ir para outro país. Os resultados indicaram que 80% dos respondentes optariam sim em vir para o Brasil novamente caso a realidade na Venezuela permanecesse em crise, porém, o restante não tinha tanta certeza sobre isso. Segundo o entrevistado 07, por exemplo, afirmou “acredito que gostaria de ir para algum país da Europa com condições melhores talvez”. Essa afirmação se aproxima bastante do desejo de muitos brasileiros em querer uma vida melhor em algum país da Europa, e para esses indivíduos não seria diferente, já que sair da Venezuela e vir para o Brasil já foi uma tentativa de melhorar de vida.

Em relação ao fato de se sentirem confortáveis em expressar a sua cultura de origem no Brasil, os venezuelanos argumentaram que sim, todos se sentem confortáveis e acolhidos. Esse item foi pouco respondido e quando respondido, as respostas eram bastante tímidas, porém, uma resposta chamou a atenção, a entrevistada 10 disse o seguinte “eu me sinto confortável aqui, mas acho que nunca vou me sentir como me sinto no meu país”.

4.2. INTEGRAÇÃO

Em relação à integração destes indivíduos, há uma série de questões que envolvem e contemplam esse assunto, se tornando fundamentais para uma integração completa, como por exemplo, as primeiras pessoas e organizações com quem os entrevistados tiveram contato ao chegar no Brasil, como foi o tratamento recebido e quais as orientações repassadas. A maioria dos respondentes citou a ONU e a Polícia Federal como os principais atores que auxiliaram e orientaram sobre a documentação após a chegada. O entrevistado 03 afirmou que o “pessoal da ONU (OIM) me ajudou, eles me ajudaram na documentação e depois compraram passagem pra vir pra Brasília”. Outros citaram como primeiro contato amigos e familiares que já

havam se mudado para cá, como a entrevistada 04, que disse que, “alguns amigos me ajudaram, ficamos na casa deles e depois nos cadastramos na ONU e eles compraram passagem para nós virmos pra cá. Precisamos ter todos os documentos em dia, aí nos cadastramos e entramos na lista deles. Depois de um mês nos chamaram e trouxeram para Brasília”. Percebe-se que tanto a ONU, pelo ACNUR, quanto a Polícia Federal, parecem estar atuando conforme instrução da Lei nº 9.474 (BRASIL, 1997), que permite que essas instituições atuem no auxílio e organização do fluxo migratório no Brasil. Oliveira (2020, p. 254) ainda ressalta que “o foco central em função policial de Estado em questões migratórias, direcionando a atuação institucional para a promoção de direitos e cidadania aos imigrantes”.

Segundo os entrevistados, há a presença de agentes da ONU que ficam na fronteira acolhendo e orientando os indivíduos que fazem a travessia. Após esse primeiro contato, alguns dos entrevistados afirmaram que justamente para que não haja uma sobrecarga no estado de Roraima por conta das migrações, há a opção de esses indivíduos colocarem o nome em uma lista onde após apresentar os documentos solicitados, e conforme vai abrindo vaga, eles são chamados e encaminhados para outros estados e a passagem é paga pela ONU. O entrevistado 09 afirmou que

As primeiras pessoas foram da ONU que ajudaram com a documentação na fronteira, depois que eu cheguei em Roraima, eu fui pra uma casa de abrigo chamada Tancredo Neves e fiquei 4 meses lá, depois começaram a fazer cadastro para ir trabalhar em outros estados do Brasil, porque Roraima ficou sobrecarregada com a quantidade de venezuelanos que chegaram e por isso eu corri com sorte e consegui vir pra Brasília. E quando eu cheguei aqui em Brasília, a fundação Cáritas me recebeu, morei em São Sebastião por uns 3 a 4 meses, eles nos ajudaram com casa e comida.

Em um estudo sobre a migração venezuelana em Belo Horizonte (MG), Miranda (2020) analisou três dimensões em relação às trajetórias venezuelanas: na dimensão estrutural, que refere-se ao ambiente institucional e legal que ocorre na integração, foi observado que os instrumentos de proteção muitas vezes são falhos e não atendem às necessidades dos que chegam. Já para a ACNUR (2019), a integração de refugiados tenha uma possibilidade de êxito, algumas condições são necessárias: a) o acolhimento facilitado do Estado de destino; b) a aceitação da comunidade local; c) a existência de condições econômicas viáveis para receber os refugiados; d) a garantia de recursos financeiros para os programas de acolhimento; e) a intenção voluntária de integração àquele local e; f) a existência de possibilidade de integração completa, inclusive com a aquisição de nova nacionalidade.

Sobre a situação de residência que os entrevistados se encontravam, há um fato que chamou a atenção: somente 4 dentre os 14 entrevistados (menos de um terço) deram entrada como refugiados de fato; o restante alegou ter iniciado diretamente o processo de residência após sua chegada. Há diferenças entre os dois tipos de situação e, dentre elas, está o fato de a condição de refúgio ter vencimento de 1 ano e portanto, deve ser renovada ao fim deste período enquanto o processo estiver em análise pelo CONARE. Já o status de Residência Temporária para Cidadãos de País Fronteiriço contém um prazo de validade mais extenso, chegando a dois anos (Art. 2º, § 1º) e por conta disso, acaba sendo o mais escolhido (BRASIL, 2021). Uma informação relevante apresentada na Portaria é a de que “a obtenção da autorização de residência [...] implicam na renúncia da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado” (Art. 6º). A entrevistada 01, que optou pelo status de residência, exemplificou essa escolha, relatando que

davam dois tipos de opção, a residência que davam por 2 anos e o refúgio que davam por 6 meses. Mas se pedisse o refúgio, e eu voltasse para Venezuela, eu teria que dar explicação [lá na Venezuela] do porquê ter saído do país. E quando você escolhe a residência, você não tem muita ajuda como no refúgio, como a pessoa que tá fugindo do país. Mas eu não escolhi essa opção porque eu queria uma residência de 2 anos para evitar que eu tenha que renovar esses papéis e também na hora de sair daqui, quando eu quiser ir ver minha família na Venezuela, eu não tenho nenhum problema.

Após esse relato, percebeu-se que mesmo se enquadrando na condição de “refugiado”, esses indivíduos acabam optando por outro tipo de status, justamente por conta da praticidade, pela longa burocracia pela qual são submetidos e pelo medo em retornar e haver algum problema no país de origem. Segundo Crisp (2004) a primeira dentre as três dimensões que explicam a integração local, é baseada no processo pelo qual os refugiados ganham e acumulam direitos que podem levar à aquisição de direitos de residência permanente e, em última análise, para a aquisição da cidadania no país de asilo. Portanto, percebe-se que o fato de adquirir direitos é algo bastante importante e tem grande peso na integração do indivíduo.

Sobre a chegada desses indivíduos à Brasília, há unanimidade na fala dos entrevistados sobre a satisfação de morar aqui. A maioria ficou um período de tempo em Boa Vista (Roraima) antes de vir para Brasília, desde uma semana até quatro meses e também optaram por essa cidade por conta da orientação de amigos e parentes que já moravam aqui. Justamente por conta das oportunidades de emprego e moradia e por não ser uma cidade que tenha uma alta sobrecarga na população, acaba se tornando um lugar com mais possibilidades para quem chega. A entrevistada

10 comentou: “adorei tudo desde o primeiro dia em que cheguei aqui, fui bem tratada, a cidade é limpa e sempre consegui ajuda no que precisei”. Porém, por outro lado, a entrevistada 08 citou o fato de que “eu vim para Brasília há um ano atrás e minha impressão foi que aqui tudo é mais caro, por exemplo, aluguel. Mas no geral eu gosto daqui”.

Foram abordados nas entrevistas alguns dos principais tópicos essenciais para uma vida digna, como por exemplo a saúde, se tais indivíduos haviam conseguido acesso ao serviço aqui no Brasil. Duas dentre as entrevistadas deram à luz aos filhos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Brasília e ambas demonstraram satisfação pelo serviço prestado, a entrevistada 04 citou “a experiência que eu tive com o SUS foi quando eu ganhei minha filha e foi muito bom, fui bem atendida e bem orientada todo o tempo”. O restante alegou ter tido pelo menos uma vez acesso à saúde, porém, citaram a demora e a incerteza neste processo. Um trecho que representa a frase anterior foi citado pelo entrevistado 07, “depois da pandemia as coisas mudaram muito, mas consigo sim, claro que não na rapidez e na certeza que deveria ser, porque temos que esperar, mas conseguia atendimento sim”. Segundo a pesquisa feita pelo IPEA (2020), o obstáculo da saúde é bastante próximo à realidade desses indivíduos (imigrantes), muitas vezes pela questão da comunicação e da falta de conhecimento.

Já a segunda dimensão mencionada pelo estudo sobre a migração venezuelana em Belo Horizonte (MG), Miranda (2020) cita que a dimensão civil contempla o acesso aos direitos desses refugiados, incluindo os serviços básicos de saúde, assistência social e moradia; os resultados demonstram que na prática há muitas falhas nessa dimensão, como por exemplo a falta de informação sobre seus direitos e a falta de participação do poder público.

É importante salientar que a questão da saúde no Brasil é uma discussão frequente no país como um todo e não algo direcionado aos imigrantes. Segundo a pesquisa feita pelo Datafolha a pedido do Conselho Federal de Medicina em 2018, o tempo de espera é o fator com mais reclamações do SUS. Na pesquisa anterior feita em 2014, cerca de 29% dos entrevistados seguiam aguardando retorno no que se refere ao atendimento. Porém, na pesquisa de 2018, 45% dos entrevistados seguiam com essa reclamação, ou seja, é quase duas vezes maior a taxa de reclamantes pelo mesmo motivo (DATAFOLHA, 2018). Desse modo, entende-se que os problemas enfrentados na busca pelos serviços de saúde não é uma questão específica dos

refugiados, e sim de uma parte relevante dos brasileiros que precisam desses atendimentos.

O tópico seguinte foi a educação, onde três dos entrevistados alegaram ter nível superior, porém, não conseguem exercer por conta da dificuldade de validação dos documentos. Um dos entrevistados afirmou “eu sou formado como engenheiro de construção civil, mas não consegui validar, quando eu saí da Venezuela estavam cobrando 50 dólares para validar e não deu certo”. Diante deste comentário, pode-se perceber que o fator monetário acaba influenciando na decisão de validação do diploma universitário, tornando-se mais uma dificuldade neste processo. No Brasil, para que ocorra a revalidação do diploma estrangeiro é necessário efetuar o pagamento de uma taxa que é definida à critério da universidade, seguir algumas etapas e apresentar a documentação completa para dar início ao processo. Em relação aos refugiados especificamente, a Resolução nº 3, de 22 de junho de 2016, cita que

§ 3º Refugiados estrangeiros no Brasil que não estejam de posse da documentação requerida para a revalidação, nos termos desta Resolução, migrantes indocumentados e outros casos justificados e instruídos por legislação ou norma específica, poderão ser submetidos à prova de conhecimentos, conteúdos e habilidades relativas ao curso completo, como forma exclusiva de avaliação destinada ao processo de revalidação. (MEC, 2016).

Essa informação implica no fato de esses imigrantes solicitarem por exemplo a residência em vez do refúgio quando ingressam no Brasil, e conseqüentemente não poderem usufruir deste benefício para revalidarem o diploma de seu país.

No que tange à educação dos filhos, a entrevistada 10 relatou não ter tido dificuldade em conseguir vaga na rede pública para sua filha, citou “esperei pouco tempo até conseguir vaga para minha filha, foi tranquilo, estamos satisfeitos”. Porém, o restante dos entrevistados não está estudando no momento e relataram não ter tido oportunidade de cursar uma faculdade enquanto moravam na Venezuela.

O próximo assunto foi a assistência social oferecida, se houve (há) algum benefício que o governo oferece e se o indivíduo teve acesso a esse benefício. Apenas três entrevistados alegaram ter tido acesso a um benefício, e somente ao auxílio emergencial oferecido durante a pandemia da Covid-19. O restante relatou nunca ter tido nenhum tipo de benefício estatal. Esses resultados acabam afetando a integração desses indivíduos no Brasil, pelo fato de já terem inúmeras dificuldades que devem ser enfrentadas por terem migrado de um país distinto, como por exemplo, a procura

por emprego, moradia e condições para se manterem aqui. Portanto, essa falta de auxílio pode comprometer a integração na vida dessas pessoas. De acordo com a segunda dimensão em relação à integração social apontada por Crisp (2004) que permeia o fator econômico, a melhora no potencial para estabelecer meios de subsistência sustentáveis, alcançar um grau crescente de autoconfiança e tornar-se progressivamente menos dependentes da ajuda estatal ou da assistência humanitária, são fatores que acarretam na evolução da integração desses indivíduos. Pode-se dizer que o auxílio inicial do Governo com algum tipo de benefício ou assistência poderia ser algo bastante esperançoso para a vida destes indivíduos.

Outro ponto da pesquisa foi sobre a trajetória de trabalho ao chegar no Brasil. As respostas foram bastante divididas: metade disse ser fácil conseguir emprego e mudar de emprego e a outra metade alegou ter tido dificuldade no processo. Esse é um resultado preocupante, pelo fato de o emprego ser a principal e talvez a única fonte de renda desses indivíduos após a sua chegada e portanto, é um fator primordial para uma integração bem sucedida.

Por conta da pandemia, surgiram novas dificuldades em vários aspectos da vida, inclusive no trabalho, como por exemplo ter que permanecer em casa para cuidar dos filhos, e por isso ter que sair do emprego. Um relato que descreve essa situação foi da entrevistada 04 que disse

agora eu não estou trabalhando, mas daqui um tempo preciso colocar minha filha na creche pra começar a trabalhar. No meu primeiro emprego, depois de um tempo a moça começou a me tratar mal e eu quis sair. Depois eu engravidei, fiquei um tempinho sem trabalhar e depois voltei.. Fiquei um ano na padaria e agora estou em casa novamente.

Segundo a pesquisa feita pelo IPEA (2020) que retratou a realidade da integração de refugiados em Brasília, no que se refere à realidade do trabalho, na época da pesquisa foi constatado que 65% dos entrevistados estavam trabalhando, formal ou informalmente.

Sobre a moradia, a maioria conseguiu através de indicações e por isso não viram dificuldade nesta questão, porém, há também quem diga ter tido contratempos por conta dos requisitos no momento de alugar um local. Diante destes relatos, percebe-se o quanto os venezuelanos construíram uma rede de apoio interna durante essa época de crise que a Venezuela enfrenta, através das entrevistas podemos perceber o quanto foi fundamental a ajuda que tiveram de seus conterrâneos desde a sua partida de seu país, até a chegada e a integração no Brasil.

No que diz respeito à proximidade com associações e igrejas, apenas um dos entrevistados diz frequentar uma igreja, o restante negou fazer parte de algum grupo e alguns citaram a falta de tempo como justificativa. Porém, é importante lembrar que todos os entrevistados citaram a ajuda oferecida pela ONU ou a Cáritas desde a sua travessia pela fronteira.

Os entrevistados foram perguntados sobre terem em algum momento sofrido com algum tipo de preconceito desde a sua chegada, muitos disseram nunca ter passado por nenhuma situação, porém, segundo a entrevistada 10, “teve só uma vez que um homem falou que eu não deveria estar aqui, que eu precisava voltar pro meu país, essas coisas... Mas tentei não dar atenção a ele”. Logo, o entrevistado 09 citou que “tem pessoas que olham feio, eu sinto os olhares...” Outro trecho que demonstra a questão do acolhimento e liberdade foi citado pelo entrevistado 09, que disse que

aqui [no Brasil] tem muitas pessoas boas, legais que ajudam, mesmo eu sendo de outro país. Eu falo isso porque Deus colocou pessoas boas no meu caminho, venezuelanos e brasileiros que não sei como agradecer porque me ajudaram muito. Eu sou da comunidade LGBT.. e aqui não tem preconceito como tem na Venezuela, aqui a pessoa é livre, totalmente... seja preto ou seja branco, seja magro ou gordo.. seja o que for.

De acordo com a terceira dimensão citada por Miranda (2020) em sua pesquisa sobre migração venezuelana, a dimensão sociocultural compete às condições sociais e culturais e os resultados apontaram que há certa fragilidade nesse aspecto pela dificuldade de se integrar, mesmo tendo uma visão de acolhimento do povo brasileiro, percebem certa falta de confiança, o que acaba sendo um fator que distancia.

E ao serem questionados sobre a integração e o sentimento de se fazer parte dessa sociedade, todos disseram se sentir integrados, mesmo com as dificuldades do início da adaptação, puderam se encaixar à nova realidade. Eles afirmaram que a boa comunicação e proximidade dos brasileiros ajudou muito neste processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa o principal objetivo foi descrever a trajetória e os desafios sociais enfrentados por indivíduos venezuelanos que vieram residir em Brasília (DF). As principais conclusões obtidas envolveram as dificuldades desde a decisão de migrar, a trajetória até a fronteira, a busca pela documentação para seguir uma vida legal, o idioma que foi um dos assuntos mais comentados, a vida e as dificuldades enfrentadas na sociedade brasileira, desde a saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros. Pôde-se observar que as causas das migrações são ainda muito parecidas com as migrações em outras épocas, que são as condições de vida inadequadas do local de origem. Além disso, a opção pelo refúgio é preterida, não por conta da condição específica, mas pelas implicações jurídicas e burocráticas; assim, sempre que houver a opção de se tornar residente, ela será bastante considerada.

O tópico integração é fundamental neste contexto de migração, pois define o rumo da vida do indivíduo após a sua chegada no local de destino. Conclui-se que um dos pilares para o bom desenvolvimento da integração dos venezuelanos é a compreensão do idioma local, pois as dificuldades enfrentadas no momento de se comunicar acabam afetando outros aspectos da sua vida, como a busca pelos serviços básicos oferecidos, emprego e moradia.

As principais implicações sociais neste trabalho são as de poder alertar outros venezuelanos para que não passem pelas mesmas situações futuramente, como por exemplo, a dificuldade com o idioma, o processo para a obtenção da documentação necessária para poder usufruir dos direitos brasileiros, a busca de emprego e moradia, saber onde solicitar ajuda e apoio, entender o processo que deve ser seguido para obtenção da documentação de residente ou refugiado e por fim, ter uma melhor condição de vida. Tais resultados podem também auxiliar as organizações que apoiam os refugiados na melhor orientação e ajuda oferecida para eles, como por exemplo, com o apoio e indicação de lugares para obtenção de emprego, aulas de português para os recém chegados, reuniões com orientações em relação aos próximos passos a serem seguidos, no que diz respeito à documentação, emprego, moradia, acesso à saúde, etc.

As maiores limitações neste trabalho foram o acesso e a representatividade dos participantes da pesquisa Além da dificuldade no contato e na localização dos venezuelanos, a opção pela condição de residente ao invés de refugiado influenciou

o modo como os resultados foram interpretados. Outra dificuldade foi quanto à interação com os respondentes que acabou sendo limitada, o que influenciou na descrição e na completude das respostas dadas. Por fim, houve dificuldade em obter respostas das organizações e instituições que participam do processo de refúgio, percepções que proporcionariam informações complementares ao trabalho.

Sugere-se que a partir deste tema e dos resultados deste trabalho, seja feita uma pesquisa com maior amostra, aumentando o campo de estudos para obter uma maior rede de respondentes. É interessante também ampliar o campo da pesquisa para outras grandes metrópoles para saber se as trajetórias destes indivíduos seguem a mesma linha de acontecimentos ou se são completamente distintas. Para a melhor compreensão da vivência e da trajetória, seria interessante realizar uma pesquisa etnográfica, onde há a imersão na vida dessas pessoas. Outra sugestão de pesquisa seria com enfoque em organizações de apoio que recebem e auxiliam os refugiados e imigrantes após a chegada no Brasil. E por fim, há mais duas sugestões que podem demonstrar aspectos diferentes neste contexto de refúgio, como por exemplo a comparação das legislações de refúgio entre os países e a opinião das comunidades que recebem os refugiados e imigrantes.

No geral, percebeu-se o sentimento de tristeza e saudade nas falas destes indivíduos entrevistados e o fato de abrir mão de seu país de origem e ter que mudar a sua vida por conta das dificuldades enfrentadas é um processo intenso e doloroso para quem passa por isso, e por mais que o país escolhido se torne um abrigo e um local de mais conforto e liberdade, a sensação de pertencimento pode se tornar algo distante.

REFERÊNCIAS

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/02/CARTILHA-ACNUR2019.pdf>. Acesso em: 08 abril de 2022.

BARRETO, L. P. T. F. **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. ACNUR, Ministério da Justiça, p. 1–216, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR*, v. 22, n. 1, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. RESOLUÇÃO Nº 3, DE 22 DE JUNHO DE 2016. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de junho de 2016, Seção 1, págs. 9-10.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Sou Solicitante de Refúgio**. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/refugio/sou-solicitante/solicitante/#protocoloe_documento. Acesso em: 08 abril 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Conjunta Interministerial nº 19/2021**. Dispõe sobre a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro. Brasília, DF, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 28 abril 2022.

DATAFOLHA. Opinião dos brasileiros sobre o atendimento na área da saúde. CFM, 2018. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/images/PDF/datafolha_sus_cfm2018.pdf. Acesso em: 08 abril de 2022.

CELADE (Latin American Demographic Centre). **UNFPA Project Progress Report**. Chile: Celade, 1988. Disponível em: <https://goo.gl/1s5nHg>

CONSTANTINO PINTO, L.; FERNANDO, M.; OBREGON, Q. A crise dos refugiados na Venezuela e a relação com o Brasil. **Derecho y Cambio Social**, p. 1–21, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRISP, Jeff. **The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis.** Geneva, Switzerland: Unhcr, 2004.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How Many Interviews are Enough? An experiment with data saturation and variability. **Field Methods**, v. 18, n. 1, p. 59-82, 2006.

KUHLMAN, Tom. The Economic Integration of Refugees in Developing Countries: A Research Model. **Journal of Refugee Studies**. Oxford, v. 4, n. 1, 1991, p. 1-20.

LIMA, J. B. B. et al. **Refúgio no Brasil: Caracterização dos Perfis Sociodemográficos dos Refugiados (1998-2014).** [s.l: s.n.].

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991, p. 149-158.

MILESI, Rosita. **Refugiados: realidade e perspectivas.** Brasília: Loyola, 2003.

MIRANDA, Uiara Lopes. **Trajetórias venezuelanas: o processo de integração em Belo Horizonte.** 2020. Dissertação (Programa de Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

MOREIRA, J. B. **A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil.** Cadernos PROLAM/USP, v. 4, n. 7, p. 57, 2005.

MOREIRA, J. B. **Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local.** REMHU : Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 22, n. 43, p. 85–98, 2014.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Glossário sobre Migração.** Genebra: OIM, 2009. (Direito Internacional da Migração, nº 22).

PEREIRA JÚNIOR, José Romero et al. **Refúgio no Brasil: integração de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília (2019).** 2020.

RAMOS, A. C. **Asilo e Refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas.** In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (Orgs.). 60 Anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011. (p. 15-44).

REDIN, Giuliana. **Migrações Internacionais: Experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil.** Portugal: UFSM, 2020.

RUEDIGER, M. A. et al. **Expatriados, imigrantes e refugiados no Brasil: trajetórias e estratégias de integração econômica e social.** Mosaico, v. 8, n. 13, p. 161, 2017.

SILVA, J. L. Z. **A Imigração venezuelana para o Brasil: do ingresso em Pacaraima - RR ao início da interiorização em Dourados - MS.** 2020. Dissertação (Mestrado em

Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros>

SOUZA, Fabrício Toledo. **A crise dos refugiados: a fuga como perspectiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

TEIXEIRA, Polyana de Vargas. **Refugiados Venezuelanos no Brasil: uma análise da vulnerabilidade sob enfoque da Bioética de Intervenção**. 2019. 83 f., il. Dissertação (Mestrado em Bioética) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

UMBELINO, Thais. Conheça histórias de venezuelanos que vieram para Brasília em busca de uma vida digna. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/08/4871032-novo-comeco-na-capital.html>. Acesso em: 14 de março de 2022.

United Nations High Commissioner for Refugees. **Global Trends: Forced Displacement in 2020**. 2021. Disponível em: https://www.unhcr.org/60b638e37/unhcr-global-trends-2020#_ga=2.235090689.1857095212.1641948211-1120432396.1628193365

VIRGENS, Daniela Araújo. Os Desafios da Integração para Solicitantes de Refúgio e Portadores de Visto Humanitário no Brasil. **Espaço Aberto**, v. 9, n. 1, p. 7-22, 2019.